

Acordo joga o impasse para o fim da pauta

BRASÍLIA — Um acordo firmado entre o governo e representantes da Comissão de Orçamento do Congresso, na noite de domingo, jogou para o fim da pauta de votação as emendas que tratam do pagamento da dívida externa dos estados em 1989. O objetivo é dar tempo às duas partes para continuarem tentando um acordo que defina quanto os estados pagarão à União.

As negociações que representantes do governo e da Comissão mantiveram durante o fim-de-semana não superaram o impasse, mas reduziram bastante a diferença entre o que o governo pretende arrecadar e o que a comissão se dispõe a permitir que a União arrecade. Até sexta-feira, o governo federal insistia em obter junto aos estados uma receita de Cz\$ 550 bilhões, enquanto a proposta do relator da Comissão Mista, senador Almir Gabriel, previa que os estados pagassem Cz\$ 68 bilhões. No fim da noite de domingo, o governo queria receber Cz\$ 220 bilhões e a comissão se dispunha a fixar em Cz\$ 150 bilhões o montante da dívida externa a ser pago pelos estados no próximo ano.

Um dos parlamentares mais próximos ao presidente Sarney — e membro da Comissão de Orçamento — garantiu ontem à tarde que ele já concorda em arrecadar apenas Cz\$ 150 bilhões. Sarney, no entanto, mantém objeções sobre alguns pontos do relatório do senador Almir Gabriel, que substituiu o projeto de Orçamento elaborado pelo Executivo. Esse relatório foi aprovado ontem pela comissão, ressalvados mais de mil destaques.

Sem tempo — O governo e a comissão não têm esse tempo para negociar, porque o recesso dos parlamentares começa no dia 15 e não há disposição das lideranças partidárias para promoverem a convocação extraordinária do Congresso. Temem que falte quorum, o que desgastaria ainda mais a imagem do Legislativo junto à opinião pública.

Com o recesso marcado para daqui a dez dias, o governo estimava ontem que terá prazo até sexta-feira, no máximo, para alcançar um acordo junto à Comissão de Orçamento e evitar, assim, o confronto.